

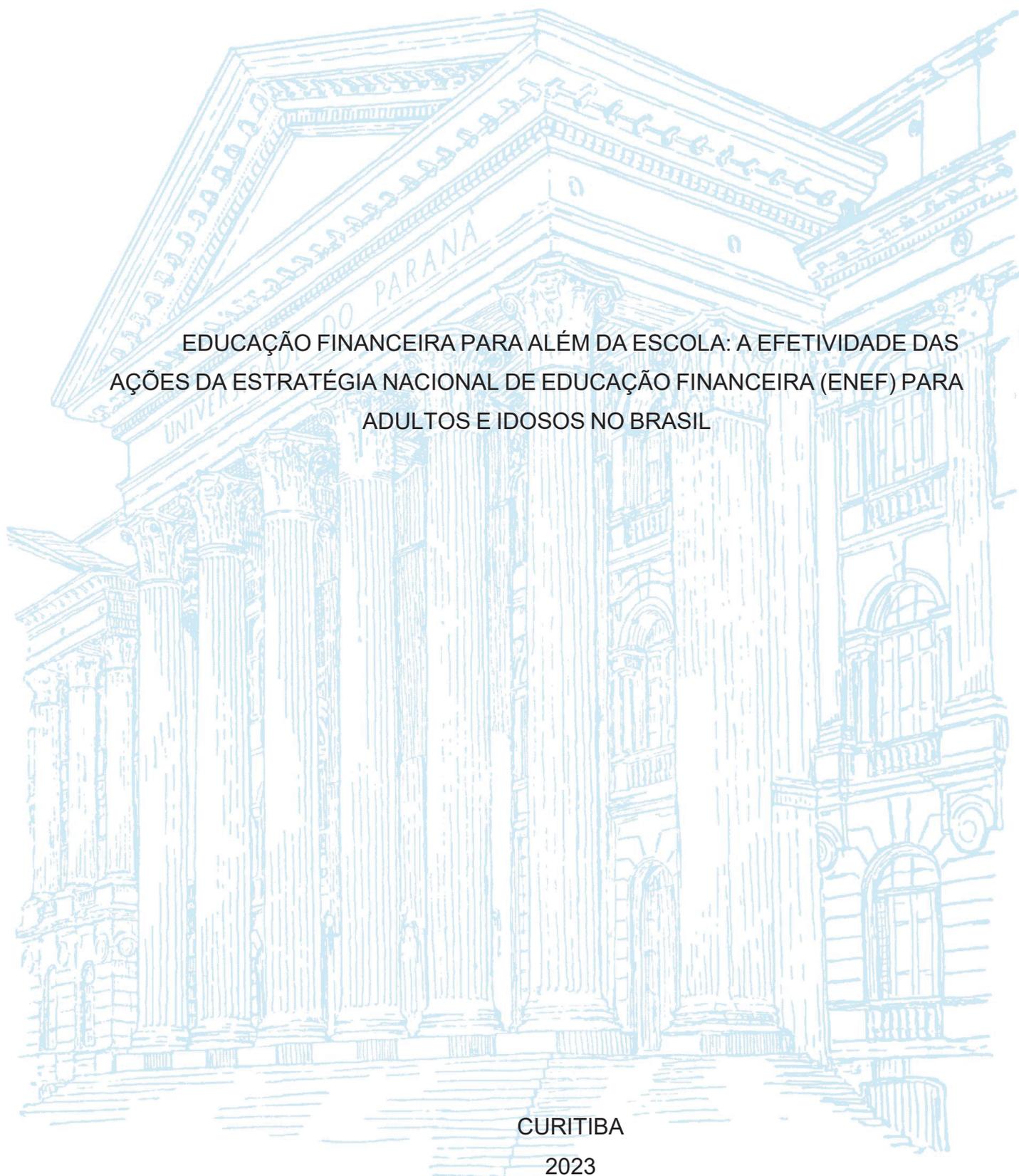
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KEREN LETÍCIA SALES PEREIRA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA ALÉM DA ESCOLA: A EFETIVIDADE DAS
AÇÕES DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF) PARA
ADULTOS E IDOSOS NO BRASIL

CURITIBA

2023



KEREN LETÍCIA SALES PEREIRA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA ALÉM DA ESCOLA: A EFETIVIDADE DAS AÇÕES
DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF) PARA
ADULTOS E IDOSOS NO BRASIL

TCC apresentado ao curso de Pós-Graduação em Análise de Conjuntura Econômica, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Análise de Conjuntura Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Ribas Cavalieri

CURITIBA

2023

AGRADECIMENTOS

Ao final dessa jornada de estudos, agradeço a Deus. Lembro-me, mais uma vez, daquilo que bem sabemos: que todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que o amam, daqueles que são chamados segundo o seu propósito.

Também agradeço a todos os educadores que participaram da minha formação, desde minha família, em especial meus pais, até meus professores, instrutores, orientadores, que ensinaram que a educação é o que transforma. Que diariamente, no exercício de sua missão, emancipam seres humanos e comunidades inteiras.

Agradeço, especialmente, ao meu companheiro, Cristian, que tolerou minhas ausências em razão dos compromissos acadêmicos, dividiu-se em vários para me auxiliar na conciliação de estudo, trabalho e família e que me inspira com seu entusiasmo e seu talento para transmitir conhecimento.

Agradeço, ainda, àqueles que talvez nunca saberão que, um dia, me motivaram nessa pesquisa: segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pinhais, local em que pude servir por valorosos quatro anos.

RESUMO

A Educação Financeira tem sido considerada, nas últimas décadas, competência relevante para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. À luz da importância de educar, neste sentido, os cidadãos brasileiros, este estudo se propôs a, com base em ampla análise documental e pautado nas teorias ligadas ao ciclo de políticas públicas, verificar se os públicos “adultos” e “idosos” se beneficiaram da “Estratégia Nacional de Educação Financeira – (ENEF)” e se as iniciativas da política pública estão em linha com as práticas internacionais. Especificamente, o estudo objetivou identificar os esforços para educar financeiramente os brasileiros adultos e idosos dentro da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), analisando a evolução e continuidade das ações desde o período de implantação até 2018; levantar os principais produtos, resultados e impactos das ações, para compreensão de sua efetividade; e verificar se as ações estão alinhadas às práticas implantadas em outros países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e suas diretrizes. O estudo conclui que, no período entre 2011 e 2018, os públicos adultos e idosos são contemplados pela política pública em programas-piloto, bem como que a Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil guarda compatibilidade com as diretrizes e práticas internacionais.

Palavras-chave: Educação financeira; Adultos; Idosos; Políticas públicas.

ABSTRACT

Financial Education has been considered, over the decades, competent for the formation of responsible individuals and societies, committed to the future. Considering the importance of educating, in this sense, Brazilian citizens, this study learned to, based on extensive documental analysis and based on theories applied to the cycle of public policies, verify whether the “adult” and “elderly” audiences benefited of the “National Financial Education Strategy – (ENEF)” and whether public policy initiatives are in line with international practices. Specifically, the study aimed to identify efforts to financially educate Brazilian adults and seniors within the National Financial Education Strategy (ENEF), analyzing the evolution and continuity of actions from the implementation period to 2018; raise the main products, results and impacts of actions, to understand their effectiveness; and verify whether the actions are granted to practices implemented in other countries of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) and its guidelines. The study concludes that, in the period between 2011 and 2018, adult and elderly audiences are covered by public policy in pilot programs, as well as that the National Strategy for Financial Education in Brazil is in line with international guidelines and practices.

Keywords: Financial education; Adults; Elderly; Public policy.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PRINCIPAIS PRÁTICAS VOLTADAS AO PÚBLICO ADULTO NAS AÇÕES E PROGRAMAS SETORIAIS	28
QUADRO 2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS NA COMUNIDADE INTERNACIONAL – PAÍSES DA OCDE	45
QUADRO 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DA ENEF - BRASIL	46

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABAC	- Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios
ABRASCA	- Associação Brasileira das Companhias Abertas
AEF-BRASIL	- Associação de Educação Financeira do Brasil
AMEC	- Associação de Investidores no Mercado de Capitais
ANBIMA	- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
ANCORD	- Associação Nacional das Corretoras de Valores
APIMEC	- Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BCB	- Banco Central do Brasil
BM&FBOVESPA	- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
CNseg	- Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização
CONEF	- Comissão Nacional de Educação Financeira
CVM	- Comissão de Valores Mobiliários
ENEF	- Estratégia Nacional de Educação Financeira
FEBRABAN	- Federação Brasileira de Bancos
IBRI	- Instituto Brasileiro de Relações com Investidores
INFE	- International Network on Financial Education
INI	- Instituto Nacional de Investidores
INSS	- Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OSCIP	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PBF	- Programa Bolsa Família
STF	- Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: DA CONCEPÇÃO À TERMINAÇÃO	18
2.1.1 Modelo de Ciclo de Políticas Públicas	19
2.1.1.1 A Avaliação de Políticas Públicas	20
2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO AGENDA MUNDIAL	22
2.2.1 Políticas públicas para a educação financeira no mundo	23
2.2.2 Brasil: a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF	23
3 ANÁLISE DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF PARA ADULTOS E IDOSOS	26
3.1.1.1 Programas e Ações Setoriais para Adultos	27
3.1.1.2 Programas e Ações Transversais para Adultos	28
3.2 OS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA MULHERES E IDOSOS DE BAIXA RENDA: AÇÕES, PRODUTOS, RESULTADOS E IMPACTOS	29
3.2.1 Avaliação de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda	32
3.2.2 Impactos alcançados versus objetivos e diretrizes da Educação Financeira para Adultos na ENEF	35
4 A ENEF E AS DIRETRIZES E PRÁTICAS INTERNACIONAIS	38
4.1.1 A ENEF frente às diretrizes da OCDE	38
4.1.2 A ENEF frente às práticas internacionais	44
5 CONCLUSÃO	47
5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	48
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Recursos financeiros, num contexto moderno e capitalista, assemelham-se, para a sociedade, ao oxigênio para os seres humanos, desempenhando papel fundamental como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. O instrumento “dinheiro” possibilita o acesso a bens e serviços essenciais, refletindo diretamente na qualidade de vida dos indivíduos e na economia de uma nação. Compreender, portanto, as dinâmicas e características do dinheiro e cultivar uma relação saudável com ele é crucial para que os cidadãos alcancem bem-estar. A educação financeira coloca-se como um caminho para o alcance de um sistema financeiro sólido, de uma economia sustentável e menos desigual.

As iniciativas de educação financeira existem em muitos países do mundo, e surgiram como resposta a uma série de desafios sócio-econômicos comuns, como crises financeiras, mudanças na estrutura demográfica e o aumento do endividamento da população. No Brasil, somam-se ainda a instabilidade econômica, o histórico de inflação, o aumento do acesso ao crédito e o crescimento do consumo. Neste contexto, em 2010, surge no Brasil a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Naturalmente, espera-se que ações para educação se relacionem ao ensino formal, direcionado a crianças e jovens nas escolas, afinal, este público encontra-se em fase de aprendizado e estão inseridos em um contexto educacional, com rotinas e diretrizes que permitem o acesso ao conhecimento. Entretanto, diante das características socioeconômicas da população brasileira, questiona-se sobre a existência de iniciativas específicas efetivas, para ampliar a educação financeira dos públicos adultos e idosos no Brasil, no contexto da ENEF. Para tanto, neste estudo traçou-se como objetivo geral identificar se os públicos adultos e idosos foram beneficiados pela política pública de educação financeira do Brasil (ENEF) e se as iniciativas dessa estratégia estão em linha com as práticas internacionais. Assim, especificamente, o estudo objetiva: a) identificar os esforços para educar financeiramente os brasileiros adultos e idosos dentro da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio da análise da evolução e da continuidade de ações desde o período de implantação, em 2010, até 2018; b) levantar os principais produtos, resultados e impactos das ações, para compreensão de sua efetividade; e c) verificar se as ações estão alinhadas às práticas implantadas em outros países da

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e suas diretrizes.

O referencial teórico da pesquisa é o do modelo de Ciclo de Políticas Públicas, descritos por Xun (2014), visto que tal teoria auxilia na compreensão sobre a formulação da política pública, sua implementação e avaliação ao longo do tempo.

A educação financeira é essencial para a formação de um cidadão consciente, menos dependente das redes de proteção social e de uma economia mais sólida e menos desigual. Assim, compreender o que se tem feito para avançar na redução desta disparidade de forças e de conhecimento entre agentes econômicos e população, bem como o alinhamento das políticas públicas brasileiras às diretrizes internacionais é primordial para a evolução das iniciativas de governo e ao atendimento dos direitos, fundamentos e princípios constitucionais, como da dignidade da pessoa humana, da igualdade, do direito à educação, da função social da propriedade, da solidariedade e da cidadania.

O presente estudo está organizado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda seção apresenta-se a revisão de literatura, na terceira desdobra-se a análise da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF para adultos e idosos, na quarta discute-se a ENEF no contexto internacional, na quinta a conclusão do estudo e, por fim, as referências.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: DA CONCEPÇÃO À TERMINAÇÃO

As políticas públicas, produtos próprios de um modelo de Estado moderno, foram fundadas, enquanto área de conhecimento, a partir das contribuições de cinco grandes autores: Harold Lasswell, Herbert Simon, Charles Lindblom, David Easton e Aaron Wildavsky.

Laswell (1936) discorre sobre as fases iniciais das políticas governamentais, momento em que se define “quem” obtém recursos ou benefícios, “quais” serão eles e “quando” ocorrerão. A definição de agenda, portanto, estaria pautada nos poderes de influência. Na sequência, Simon (1957) introduz o conceito de “racionalidade limitada” dos gestores públicos, decorrente de dificuldades naturais como conhecimento sobre o tema, tempo necessário para tomada de decisões e disponibilidade de informações, de forma que não agem, portanto, de forma totalmente racional em suas escolhas. Entretanto, segundo Simon, o processo decisório pode ser abordado racionalmente, dentro de um conjunto de normas que determinem o comportamento dos atores para os objetivos propostos. No momento da formulação de políticas públicas, as limitações cognitivas e de processamento de informações dos decisores afetam as escolhas e o desenvolvimento das políticas públicas.

Lindblom (1959) questiona sobre a racionalidade de Laswell e Simon e propõe a incorporação de outras variáveis aos processos relacionados às políticas públicas, como as eleições e relações político-partidárias, da burocracia, e grupos de interesse. Defende que, por sua complexidade e ambiente, o formato da implementação de políticas públicas pode resultar de um processo de ajustes incrementais, negociações e compromissos. Easton (1965) acrescenta à teoria a definição de política pública como um “sistema”. Para o autor, as políticas públicas são escolhidas, formuladas e implementadas e avaliadas com base nas interações e pressões do meio político, da mídia e dos grupos de interesse, influenciando seus resultados e efeitos.

A partir do arcabouço teórico formado por Lasswell, Simon, Lindblom e Easton, pode-se compreender o conceito de “política pública”, de acordo com Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos

específicos. Cabe salientar que, de acordo com, Bachrach e Baratz (1962) a inação do governo em relação a um problema também é uma forma de política pública.

Destarte, é possível compreender, a partir das bases criadas pelos principais autores do tema, o Modelo de Ciclo de Políticas Públicas, que consiste em um processo com etapas ordenadas de planejamento, execução e conclusão da ação governamental direcionada a determinada agenda. O Modelo de Ciclo de Políticas Públicas pode contar com algumas pequenas variações em sua composição, mas pode-se ser definido, conforme Xun (2014), pelas seguintes etapas:

- a) definição de agenda;
- b) formulação da política pública;
- c) tomada de decisão;
- d) implementação da política pública; e
- e) avaliação da política pública.

2.1.1 Modelo de Ciclo de Políticas Públicas

Para Xun (2014), o modelo de gestão de políticas públicas conta com três perspectivas (política, técnica e organizacional) e três competências (perspicácia nas políticas, capacidade analítica e experiência gerencial) para com as quais os agentes políticos e os gestores públicos devem estar comprometidos se desejam o adequado ciclo da política pública.

Nas fases iniciais, a política pública é planejada. Ainda de acordo com o Xun (2014), na etapa de definição de agenda, problemas públicos são expostos e escolhidos para fazerem parte da atenção do governo. Esta etapa pode ser pautada por grupos de interesse, partidos, cidadãos, mídia ou outras fontes. Na etapa de formulação de políticas públicas, ocorre o desenvolvimento de propostas, caminhos e soluções para os problemas da agenda do governo. Já na etapa de tomada de decisão, serão envolvidos indivíduos ou grupos oficialmente autorizados, como legisladores, executivos e agências governamentais, que definirão as ações para implementação.

Segundo Xun (2014), a fase de execução da política pública é chamada de implementação. É o momento de colocar em prática o planejamento anterior, sendo atividade-chave no processo de políticas públicas. Ocorre, neste momento, a

alocação de recursos e a coordenação de esforços para alcançar as metas e o objetivo lançado.

Executadas as ações, ocorre a avaliação. Ainda para Xun (2014), esta etapa é fundamental, pois demonstra se a política pública está alcançando seus objetivos e produzindo os resultados desejados. Podem ser analisados indicadores, métricas e outros métodos de pesquisa para determinar o impacto da política. Também pode demonstrar o que pode ser feito para melhorá-la.

Atividade que pode ocorrer dentro das fases de implementação e de avaliação, o monitoramento de políticas públicas é essencial para medir a conformidade da execução em relação ao planejamento. Na fase de avaliação, tais dados serão consolidados e analisados para determinar se a política está alcançando seus objetivos e produzindo os resultados desejados:

Em síntese, sendo o monitoramento uma atividade que diz respeito ao processo de implementação, execução e gestão das ações de governo, necessita ser prática de natureza contínua, cumulativa e coletiva para viabilizar-se como atividade que agrega valor ao campo de compreensão das políticas públicas, respeitadas suas dinâmicas e especificidades. (CARDOSO, 2015, p. 11-12).

É possível que após o ciclo de uma política pública, ocorra a fase de “terminação”, momento em que ocorre o oficialmente o encerramento das ações, pelo fim de sua vida útil ou pela perda sua relevância.

2.1.1.1 A Avaliação de Políticas Públicas

A avaliação de políticas públicas constitui-se fase de grande relevância para o governo e sociedade no ciclo de políticas públicas. Apesar de ser demonstrada ao final do processo do Modelo de Ciclo de Políticas Públicas (análise *ex post*), ela também pode ser parte dos processos iniciais da concepção da política pública (análise *ex ante*). De acordo com a orientação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

A avaliação das políticas públicas deve começar no nascedouro, por meio da análise *ex ante*, a fim de verificar, fundamentalmente, se respondem a um problema bem delimitado e pertinente. Em função disso, observa-se se há um objetivo claro de atuação do Estado e se propõe um desenho que efetivamente possa ser alcançado. Entre outros tópicos, é necessário que as políticas públicas contem com essa análise *ex ante* para que os recursos públicos e o bem-estar da sociedade sejam otimizados. Desse modo, evita-se a detecção posterior de erros de formulação e de desenho, que, com maior racionalidade no processo inicial de implantação da política, poderiam ter sido previstos e eliminados. (IPEA, 2018, p. 11).

Por sua vez, a análise *ex post* propõe-se a avaliar o problema público que já está sendo tratado, cabendo a verificação da adequação do diagnóstico anterior e das evidências sobre o desempenho da política pública, indicando o uso adequado dos recursos dentro dos parâmetros da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade:

A análise *ex post*, ao incorporar técnicas de gerenciamento, permite acessar os pontos críticos de uma política pública, propondo aprimoramentos ou mesmo dizer se tal política deve ser suspensa ou substituída. Também por meio de instrumental estatístico específico é possível saber com elevado grau de confiança o impacto, o retorno ou a eficiência de determinada política. (IPEA, 2018, p. 11).

No contexto da avaliação de políticas públicas, "eficácia" e "efetividade" são os parâmetros mais frequentes e relevantes, pois exprimem o atingimento de objetivos e metas estabelecidos, bem como do impacto social provocado pela ação pública.

De acordo com Sachsida (2018, p. 403), a eficácia "relaciona-se à entrega propriamente dita do produto ou serviço. Um projeto ou atividade será eficaz se consegue prover bens ou serviços conforme foi planejado." Em outras palavras, mede se a política pública está fazendo o que se propõe a fazer. Já a efetividade relaciona-se ao impacto real e positivo frente ao problema que a política se propõe a resolver, isto é, "a efetividade relaciona-se mais ao alcance dos objetivos governamentais. Não se trata apenas do produto ou serviço entregue, mas do objetivo de política alcançado" (SACHSIDA, 2018, p. 403).

Para avaliação do atendimento dos objetivos, ou seja, de impacto, visando identificar a efetividade das políticas públicas e programas, é necessário que se utilize metodologia científica. De acordo com Haynes (2013), a metodologia de experimentos aleatórios controlados é a mais adequada para determinar se uma política pública foi efetiva, em especial no campo das ciências biológicas e sociais,

sendo progressivamente usadas em programas de desenvolvimento internacional para avaliar intervenções que buscam reduzir a pobreza. É possível, neste caso, testar em pequenos grupos as soluções, tornando-se ainda mais conveniente para situações em que haja orçamento limitado e custos de difícil estimação.

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO AGENDA MUNDIAL

Recursos financeiros, num contexto moderno e capitalista, assemelham-se, para a sociedade, ao oxigênio para os seres humanos, desempenhando papel fundamental como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. O instrumento “dinheiro” possibilita o acesso a bens e serviços essenciais, refletindo diretamente na qualidade de vida dos indivíduos e na economia de uma nação. Compreender as dinâmicas e características do dinheiro e cultivar uma relação saudável com ele é crucial para que os cidadãos alcancem bem-estar (NETO et al. 2014).

Neste contexto, o movimento internacional de fortalecimento da chamada “Educação Financeira” ganha força a partir de 2002, com ações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), reconhecendo oficialmente a importância do tema e introduzindo, em 2005, a agenda para os maiores países do mundo, por meio de uma lista de recomendações sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira. O documento recomenda que os governos e instituições públicas e privadas pertinentes dos países membros promovam educação e conscientização financeira, colocando em prática os princípios e as melhores práticas para educação e conscientização financeira estabelecidos pela organização, além de convidar os países não membros a também participarem deste movimento (OCDE, 2005).

Nesta ocasião, a OCDE firma entendimento sobre a definição de educação financeira como questão que extrapola o fornecimento de informações e aconselhamento financeiro:

o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem estar financeiro. (OCDE, 2005, p.5).

Apesar das recomendações iniciais da OCDE, as iniciativas de educação financeira de fato só entraram no escopo de atuação da maior parte dos governos a partir de 2009, com a nova publicação de recomendações sobre Boas Práticas em educação e financeira e conscientização relacionada ao crédito (OCDE, 2009), como resposta aos efeitos negativos da crise financeira global de 2008.

2.2.1 Políticas públicas para a educação financeira no mundo

As primeiras iniciativas de educação financeira concentravam-se em alguns poucos países até 2009. Estados Unidos, Reino Unido e Austrália são exemplos de países pioneiros em políticas governamentais para a educação financeira (CONEF, 2011). De acordo com a OCDE (2015), um número crescente de países passou a desenvolver suas estratégias nacionais a partir de 2009, somando 26 países em 2011 – dos quais fazia parte o Brasil – e 59 países em 2015.

Austrália, República Checa, Japão, Malásia, Holanda, Nova Zelândia, Cingapura, República Eslovaca, Espanha, Reino Unido, Estados Unidos reportaram, em 2015, o status de “Estratégia Nacional em revisão” ou “implementação de uma segunda Estratégia Nacional”. Armênia, Bélgica, Brasil, Canadá, Croácia, Dinamarca, Estônia, Gana, Hong Kong, Índia, Indonésia, Irlanda, Israel, Coréia, Letônia, Marrocos, Nigéria, Portugal, Rússia, Eslovênia, África do Sul, Suécia e Peru já possuíam, naquele ano, sua primeira Estratégia Nacional de Educação Financeira em implementação.

Mais atrasados, Argentina, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, França, Guatemala, Quênia, Quirguistão, Líbano, Malawi, México, Pakistan, Paraguay, Peru, Polônia, Saudi Arabia, Sérvia, Tanzânia, Tailândia, Uganda, Uruguay, Zâmbia declararam, em 2015, estarem ativamente desenhando suas estratégias nacionais de educação financeira e Áustria, Macedônia do Norte, Filipinas, Romênia, Ucrânia e Zimbábue informaram estar planejando suas estratégias nacionais.

2.2.2 Brasil: a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF

O Brasil, em 2010, firma seu compromisso com a educação financeira. O Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, formaliza os esforços brasileiros para

atuar frente aos desafios que a população com baixo grau de educação financeira enfrenta no contexto de transformações sociais, econômicas e demográficas experimentadas pelo país (CONEF, 2011).

Partindo de amplo processo de pesquisa, a ENEF responde ao diagnóstico situacional do país:

a ampliação do acesso ao sistema financeiro por parcelas da população até então excluídas e a crescente diversificação e complexidade dos produtos e serviços disponíveis. Assim, grande parte da população não está preparada para compreender os instrumentos e as operações financeiras com os quais passou a ter contato (CONEF, 2011, p. 158).

No campo demográfico, o Brasil passa pela “transição que a maioria dos países em graus mais avançados de desenvolvimento econômico já viveu: o envelhecimento da sua população” (CONEF, 2011, p. 158). Especialmente, o Brasil apresenta um dificultador para uma maior consciência financeira, devido ao próprio histórico de instabilidade econômica e inflação:

Os altos índices de inflação, associados à baixa bancarização, desenhavam um cenário em que o brasileiro médio não conseguia planejar sua vida financeira, nem a curto ou a longo prazo. Na verdade, mal via a cor de seu dinheiro, que circulava rapidamente na troca por produtos necessários para o dia a dia das famílias a fim de evitar a inevitável perda do seu poder de compra. Qualquer planejamento era praticamente impossível (Araújo & Calife, 2014, p. 1).

Não só, a baixa renda e baixa escolaridade do brasileiro médio denotam as dificuldades para o uso consciente do dinheiro:

Mesmo quando demonstram ter informações corretas sobre opções de compra, tendem a tomar decisões erradas: declaram, por exemplo, preferir pagar em menos parcelas, com juros menores, mas os dados detectam que, na prática, o parcelamento mais longo, com taxas de juros maiores, é a opção mais frequente. (CONEF, 2011, p. 160).

Os resultados da pesquisa sugerem que o significado do consumo na sociedade brasileira encontra-se ligado a fatores subjetivos, tais como autoestima e status (CONEF, 2011). Revela também a impulsividade e reatividade do consumidor brasileiro quando defrontados com promoções e facilidades de pagamento.

De acordo com o CONEF (2011), é nesse contexto que a ENEF adota como o conceito de Educação Financeira da OCDE (2005), adaptado à realidade nacional:

a Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, bem informados, façam escolhas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente, para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (CONEF, 2011, p. 160).

Para viabilizar a execução da ENEF, são criados dois órgãos: em 2010, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), colegiado coordenador das ações da ENEF e em 2011, a AEF-Brasil, organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) responsável pela captação de recursos financeiros, gestão e desenvolvimento de tecnologias sociais e educacionais necessárias na consecução das ações, projetos e programas da ENEF.

Segundo o CONEF (2011), a ENEF tem dois focos: a Educação Financeira nas Escolas e a Educação Financeira de Adultos. A atuação nesses escopos é estabelecida em ações transversais e setoriais. Os programas transversais refletem ações que perpassam vários setores e transcendem os interesses de uma instituição específica. São coordenados pela AEF-Brasil. Já os programas setoriais refletem ações e programas realizados pelas instituições membros do CONEF.

3 ANÁLISE DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF PARA ADULTOS E IDOSOS

O presente estudo direcionou-se a buscar, por meio de análise documental, preponderantemente encontrados no sítio oficial da ENEF, "Vida e Dinheiro", dados qualitativos e quantitativos do período de 2010 a 2018, sobre as iniciativas da Estratégia Nacional de Educação Financeira para o público-alvo adultos e idosos.

Em primeiro momento, considerando que o ato normativo que institui a ENEF¹ não detalha a organização desta política pública e limita-se a dar diretrizes gerais e instituir o colegiado responsável, buscou-se os documentos ali citados, a saber: planos, programa e ações.

O Plano Diretor da ENEF discorre sobre o cenário brasileiro para a educação financeira, da governança e das propostas de atuação. Estabelece, também, três objetivos para a Estratégia Nacional:

- a) promover e fomentar a cultura de educação financeira no país;
- b) ampliar a compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos; e
- c) contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

Complementarmente, o Plano Diretor contém um anexo, o qual detalha as principais ideias da Estratégia. Ressalte-se que os materiais relacionados à instituição da ENEF (Plano Diretor e seus anexos) apresentam o histórico de pesquisa e processo analítico que denotam a existência de avaliação *ex ante*, embora não tenha sido encontrado conteúdo específico elaborado para este fim.

Em termos de programas e ações, o Anexo do Plano Diretor da ENEF (2011) informa que durante a elaboração da política pública, foram inventariadas 64 ações de educação financeira, mas que se optou por não elencar naquele documento os projetos cadastrados, em virtude de tratar-se de um levantamento preliminar. De toda sorte, algumas informações relevantes podem ser extraídas:

¹ Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010.

A maioria – quatorze ações – é realizada por instituições financeiras. O setor governamental (excluído o de educação) contempla onze ações, do Supremo Tribunal Federal (STF), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do BCB, da CVM e da Prefeitura Municipal de Campinas (mencionados aqui em razão de sua natureza jurídica de direito público). Foram cadastradas oito iniciativas de associações e entidades não lucrativas do setor financeiro (associação, instituto, federação, confederação, entidade autorreguladora e outras). Há três projetos de organizações não governamentais e onze de instituições de educação (universidade, consultorias, instituições de ensino e organizações não governamentais que, por suas características, foram classificados no setor educacional). (CONEF, 2011, p. 34).

Apesar de o documento ser categórico ao negar a listagem das ações, foi possível identificar informações sobre parte das iniciativas. Assim, para melhor compreensão de quais ações são estabelecidas para a ENEF em 2011 (primeiro ano de execução), é importante recapitular que a Estratégia se dividiu em programas e ações setoriais e transversais.

3.1.1.1 Programas e Ações Setoriais para Adultos

Fazem parte desta categoria as ações e programas realizados pelas instituições membros do CONEF (Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários; Superintendência Nacional de Previdência Complementar; Superintendência de Seguros Privados; Ministério da Fazenda; Ministério da Educação; Ministério da Previdência Social; Ministério da Justiça; Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais; B3; Confederação Nacional das Seguradoras; Conselho Nacional de Secretários de Educação; Federação Brasileira de Bancos; e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).²

Algumas dessas ações e programas para adultos e idosos foram listadas nos anexos do Plano Diretor da ENEF, mas não foram avaliadas pela AEF-Brasil em seus relatórios anuais (processo de monitoramento), nem em sua avaliação *ex post*, de forma que, considerando o volume de ações e órgãos e a sua execução de modo descentralizado, optou-se neste trabalho por analisa-las, somente, sob o ponto de vista dos principais tipos de iniciativa, conforme observa-se no QUADRO 1, a fim de subsidiar a análise proposta na seção 4.

² Infográfico da ENEF. AEF-Brasil. Disponível em <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Infografico-frente-mesclado.pdf>>.

QUADRO 1 – PRINCIPAIS PRÁTICAS VOLTADAS AO PÚBLICO ADULTO NAS AÇÕES E PROGRAMAS SETORIAIS

Instituição	Principais Práticas
BCB	<ul style="list-style-type: none"> • Palestras e seminários; • Cursos presenciais e à distância; • Campanhas publicitárias; • Disponibilização de canais de comunicação (site, telefone); • Publicação de relatórios periódicos; • Concursos e premiações de trabalhos acadêmicos.
CVM, ANBIMA, ABRASCA, AMEC, ANCORD, APIMEC, BM&FBOVESPA, IBRI, INI e ABAC	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de conteúdos em sites, portais; • Cursos de ensino à distância e apostilas; • Cartilhas; • Perguntas e respostas; • Programas de televisão; • Concursos e premiações de trabalhos acadêmicos e outros; • Encontros e palestras; • Visita monitorada; • Simuladores e plataformas digitais; • Convênios e cooperações técnicas e acadêmicas.
Previdência social e previdência complementar fechada	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de conteúdos em sites, portais; • Cursos de ensino à distância e apostilas; • Programas de televisão; • Concursos e premiações de trabalhos acadêmicos e outros; • Programas educacionais específicos; • Campanhas publicitárias; • Cartilhas; • Eventos; • Mala-direta.
Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de conteúdos em sites, portais; • Programas de televisão; • Cursos de ensino à distância; • Palestras e seminários; • Campanhas; • Feiras.

FONTE: Adaptado de Anexos do Plano Diretor da ENEF (2011).

Ressalte-se que as iniciativas citadas no QUADRO 1 referem-se a ações já executadas e previstas pelos órgãos setoriais no ano de 2011. Em 2014, foi realizado o 1º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, momento em que foram identificadas 803 ações no Brasil, entre pessoas físicas e jurídicas que responderam ao questionário. Na segunda edição do Mapeamento Nacional, em 2018, o resultado mostrou mais de 1.300 iniciativas em todo o Brasil para a educação financeira.

3.1.1.2 Programas e Ações Transversais para Adultos

Fazem parte desta categoria as ações e programas realizados por várias instituições e setores, sendo coordenados pela AEF-Brasil. Nesta categoria de

atuação, além de identificar ações e programas, foi possível a análise de evolução e continuidade, bem como dos principais produtos, resultados e impactos, visando identificar se houve efetividade na política pública.

O Plano Diretor da ENEF (2011) trouxe o Plano Estratégico para educação financeira para adultos, sugerindo públicos-alvo, temas e ações a serem objeto de programas no âmbito da educação financeira para adultos. O Plano também estabelece a obrigação da elaboração de diretrizes e orientações flexíveis, “que abordem os objetivos educacionais a serem alcançados e os conceitos e produtos aplicáveis a cada situação no campo educacional, visando a mudança no grau de conhecimento e no comportamento dos cidadãos” (CONEF, 2011, p. 111).

Delega-se à AEF-Brasil o desenvolvimento de plano de ações de curto, médio e longo prazos para a educação financeira para adultos no Brasil e brasileiros residentes em outros países. A instituição então define dois escopos de atuação transversal na educação financeira: programa destinado a mulheres e programa destinado a aposentados. (AEF-Brasil, 2012, p. 26).

3.2 OS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA MULHERES E IDOSOS DE BAIXA RENDA: AÇÕES, PRODUTOS, RESULTADOS E IMPACTOS

Considerando o escopo limitado às ações transversais, passa, a análise, para a execução dos dois programas que constituíram a política pública transversal de educação financeira para adultos e idosos: o programa “Futuro na mão: dando um jeito na vida financeira”, desenvolvido em colaboração com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com foco nas beneficiárias do Programa Bolsa Família, e o programa “Eu e minha aposentadoria: organizando a vida financeira”, desenvolvido em colaboração com o Ministério do Trabalho e da Previdência Social - MTPS, com foco em idosos com baixa renda, que recebem aposentadoria de até dois salários mínimos.

Durante as etapas de formulação e tomada de decisão descritas, observou-se que foi feita a escolha pelo método dito menos tradicional para definir quais soluções seriam apresentadas para ajudar os beneficiários nos desafios

relacionados ao dinheiro: a pesquisa de campo. Junto com o público-alvo, os pesquisadores desenvolveram e testaram soluções.³

Para a análise da evolução e continuidade dos programas para adultos e idosos, foram levantados os relatórios anuais da ENEF, desde sua primeira edição (2012) até sua última edição (2018). Assim, descreve-se a evolução das ações e metas dos programas:

- a) 2012: definiu-se o foco em mulheres e aposentados com baixa renda. A escolha dos públicos baseou-se “na vulnerabilidade de ambos e no fato de que a Educação Financeira poderá proporcionar a melhoria das condições de vida dessas pessoas.” (AEF-Brasil, 2012, p. 26).
Constatada a necessidade de desenvolvimento de tecnologias sociais e educacionais de Educação Financeira exclusivas para cada grupo, buscando compreender o comportamento, os valores e as visões de vida que os levam à tomada de decisão financeira. Idealizado projeto-piloto com 2.700 mulheres e 2.700 aposentados, em estados das regiões Norte, Nordeste e Sudeste.
- b) 2013: iniciou-se o Programa de Educação Financeira de Adultos, pela AEF-Brasil, conforme planejado em 2012, exceto pela alteração no número de participantes dos projetos: foram analisadas de perto 1.500 mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e 1.500 aposentados com renda inferior a dois salários mínimos. A pesquisa revelou a existência de quatro tipos de “personas” (perfis comportamentais em relação ao dinheiro, necessidades, dificuldades, preocupações e sonhos) para cada grupo. As tecnologias sociais foram desenvolvidas e declaradas prontas para serem disseminadas para mulheres beneficiárias do PBF, com foco em gestão do orçamento familiar e planejamento de seu projeto de vida e para aposentados com renda até 2 salários mínimos focada em prevenção e redução do superendividamento e proteção quanto aos riscos do crédito consignado.

³ O caminho mais tradicional seguiria pesquisas internacionais, com soluções padrão de educação financeira adaptadas ao Brasil, de acordo com a AEF-Brasil (2012).

- c) 2014: iniciou-se a construção dos primeiros protótipos e a testagem com os primeiros 1000 beneficiários, sendo 500 de cada um dos públicos.
- d) 2015: realizou-se o segundo ciclo, que consistiu em levar à campo mais duas rodadas de testagem dos protótipos desenvolvidos (1.625 mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e 1.500 aposentados beneficiários de até dois salários mínimos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, João Pessoa, Amazonas, Piauí, Paraíba e Maranhão). Os conteúdos contemplaram os temas: cidadania e consumo responsável, reservas (poupança) e investimento, crédito, autonomia, prevenção e proteção e mudança de condição de vida. Planejou-se, a partir dos dados coletados, elaborar material síntese com as principais percepções e evidências reveladas pelos dois públicos.
- e) 2016: iniciou-se o projeto-piloto. A partir das tecnologias sociais desenvolvidas, foram realizadas oficinas de educação financeira para o alcance de 1.500 mulheres e 1.500 aposentados. Definiu-se que o projeto-piloto incluiria avaliação de impacto das tecnologias sociais e que os resultados seriam apresentados em 2017. Estabeleceu-se uma nova meta: 4.000 mulheres do PBF e 4.000 aposentados com renda inferior a dois salários mínimos, sendo que 1.500 beneficiários de cada público-alvo seriam atingidos durante a execução do projeto piloto e 2.500 durante a fase de expansão.
- f) 2017: a AEF-Brasil apresentou os Resultados da Avaliação de Impacto do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda, sendo que, como destaque, informou:
 - i. A criação de novas 43 tecnologias sociais (20 para as mulheres e 23 para os aposentados) e a realização de 556 oficinas de educação financeira em 21 municípios brasileiros;
 - ii. O impacto a mais de 7,7 mil pessoas, de 49 municípios, além do Distrito Federal;
 - iii. Que centenas de beneficiários mudaram radicalmente seu comportamento após frequentarem as oficinas de educação financeira (equalização de dívidas e aumento de poupança).

- iv. A expectativa de que, no ano seguinte, as ações de educação financeira sejam disseminadas para a totalidade dos beneficiários (19 milhões de aposentados e 13,5 milhões de famílias que recebem o Bolsa-Família).
- g) 2018: o Ministério do Desenvolvimento Social se comprometeu a expandir o programa para 200 mil mulheres do Programa Bolsa Família. Aproximadamente 700 agentes de Centros de Referência em Assistência Social haviam sido formados nas oficinas “Futuro na Mão”, abrangendo quase 300 municípios em 24 estados brasileiros e Distrito Federal. Não foram divulgadas informações sobre o público aposentados.

Não foram localizados relatórios a partir de 2018.⁴

3.2.1 Avaliação de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda

Durante a formulação e implementação dos programas de educação financeira para mulheres e aposentados em situação de vulnerabilidade social, foi prevista avaliação de impacto que permitiria compreender a efetividade do processo educacional, bem como analisar mudanças de comportamento financeiro em razão dos conhecimentos adquiridos.

A Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda da AEF-Brasil (2017) foi produzida pela empresa Metas Sociais, utilizando a metodologia “experimento aleatório” para avaliar o Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda (mulheres e idosos), por meio do acompanhamento de grupos de intervenção e controle. Os instrumentos para avaliação utilizados foram inscrição e dados de contexto socioeconômico, questionário de comportamento e conhecimento e questionários qualitativo. Utilizando-se de métodos estatísticos adequados (incluindo testes), demonstrando ainda evidências (fotos, depoimentos) para avaliação dos programas, o estudo revela impacto estatisticamente e significativos sobre indicadores de ambos

⁴ Em 2019 houve o início de um novo mandato presidencial e ocorre troca de governos no Brasil, sendo que em abril de 2019 o CONEF foi extinto (Decreto nº 9.759/2019).

os grupos. No grupo de aposentados, os indicadores de impacto que apresentaram esse efeito foram:

- a) Percentual da renda dos aposentados utilizada para suas necessidades básicas - impacto positivo de 35,6%;
- b) Percentual dos aposentados que reporta estar inadimplente - impacto de redução de 40%;
- c) Percentual dos aposentados que declaram estar pagando suas dívidas - impacto positivo de 9%.
- d) Percentual dos aposentados que reporta ter dívidas - impacto negativo de 32,8%;
- e) Percentual dos aposentados que calcula o saldo mensal (receitas-despesas) - impacto positivo de 13,2%;
- f) Percentual dos aposentados que se auto classificam com superendividamento - impacto negativo de 44%.

Tais resultados denotam que o público alvo apresentou melhora na suficiência financeira para necessidades básicas (alimentação, moradia, saúde), ou seja, do autossustento, com uma queda no endividamento e superendividamento e melhora no adimplemento das dívidas atuais. Também observou-se incremento do número de idosos que visualiza suas finanças, a partir do cálculo entre suas receitas e despesas.

Para o grupo de beneficiárias do Bolsa Família, os indicadores com resultado significativo foram:

- a) Percentual de BBF que pagou com recursos próprios no mínimo uma emergência nos 3 meses de referência (roubo, doença, morte, desastre natural etc) - impacto positivo de 6,6%;
- b) Percentual de BBF que tinha poupança (formal ou informal) - impacto positivo de 43%;
- c) Percentual de BBF que conseguiu poupar nos últimos 3 meses (formal ou informalmente) - impacto positivo de 67,7%;
- d) Valor médio poupado nos últimos 3 meses - (formal ou informalmente) - impacto positivo de 71%;

- e) Valor médio da poupança informal entre as BBF no dia de referência - impacto positivo de 81%;
- f) Poupança informal média entre as BBF nos últimos 3 meses - impacto positivo de 234%;
- g) Percentual de BBF que considera que planeja o uso do dinheiro - impacto positivo de 10%; e
- h) Percentual de BBF que melhorou seu conhecimento sobre planejamento financeiro - impacto positivo de 6%.

Para este público, por meio da análise dos indicadores, infere-se o aumento do número de beneficiárias que pagou com recursos próprios no mínimo uma emergência (roubo, doença, morte, desastre natural, etc.), demonstrando uma formação de reserva de emergência e com aumento do grau de poupança. Também é possível verificar o incremento no grau de conhecimento das beneficiárias que participaram das oficinas sobre planejamento. Também, verifica-se aumento da existência e do nível de poupança, mensurados de diferentes formas, o que indica uma mudança de comportamento com uma maior propensão a poupar e maior volume de poupança.

A partir dos resultados dos indicadores, o relatório conclui que o programa de educação financeira para mulheres e aposentados de baixa renda apresentou impacto relevante em ambas as frentes.

Sob o ponto de vista da análise qualitativa sobre os materiais de apoio utilizado e o trabalho do instrutor das oficinas no processo de aprendizagem, bem como dos itens que compunham o “kit” entregue aos participantes (cofre, cartelas, cartazes, calendários, vídeos, telenovelas, dentre outros), informações essas levantadas junto aos beneficiários, a avaliação final apresenta a conclusão de que o programa “está muito adequado ao público ao qual foi direcionado. Seu formato que inclui a tutoria também se mostrou apropriado à essa população que apresenta muitas dificuldades, inclusive de leitura e compreensão.” (METAS SOCIAIS, 2017, p. 40).

3.2.2 Impactos alcançados versus objetivos e diretrizes da Educação Financeira para Adultos na ENEF

Na seção 3, vimos que o Plano Diretor da ENEF estabeleceu três objetivos para a política pública, que interessam à análise de efetividade da ENEF:

- a) promover e fomentar a cultura de educação financeira no país;
- b) ampliar a compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos;
- c) contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização;

Nos Anexos do Plano Diretor da ENEF, são adicionados macro-objetivos para a formulação dos planos, programas e ações de educação financeira para adultos, que interessam à análise de efetividade da Educação Financeira para Adultos:

- a) formar para a cidadania, estimulando comportamentos éticos e responsáveis
- b) educar para o consumo e a poupança;
- c) oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisões autônomas pautada em mudança de atitude;
- d) formar disseminadores em educação financeira;
- e) desenvolver a cultura de prevenção e proteção
- f) instrumentalizar para planejar em curto, médio e longo prazos
- g) proporcionar a possibilidade de melhoria da própria condição.

Os programas específicos para mulheres e aposentados, por sua vez, possuem seus próprios objetivos, de acordo com o Relatório Anual 2013 (AEF-BRASIL, 2013), que interessam à análise de efetividade da Educação Financeira para Mulheres e Educação Financeira para Aposentados:

- a) Mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família: focada em gestão do orçamento familiar e planejamento de seu projeto de vida, permitindo que adquiram as competências, os instrumentos e a visão necessária para se planejarem financeiramente no longo prazo;

- b) Aposentados com renda de 1 a 2 salários mínimos: focada em prevenção e redução do superendividamento e proteção quanto aos riscos do crédito consignado.

A Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda da AEF-Brasil (2017) levantou indicadores de mudanças comportamentais, como relações com endividamento, consumo, poupança e planejamento financeiro, bem como um indicador de conhecimento sobre organização e planejamento financeiro, quais sejam:

Indicadores de Impacto do Programa: "Futuro na mão: dando um jeito na vida financeira":

- a) % de beneficiários da Bolsa Família (BBF) que reportou elevação nos gastos com moradia, saúde, educação, MPE;
- b) % de BBF que pagou com recursos próprios no mínimo uma emergência (roubo, doença, morte, desastre natural etc);
- c) % de BBF que aumentou sua poupança [formal + informal];
- d) Crescimento médio anual da poupança formal entre os BBF;
- e) Crescimento médio anual da poupança informal entre os BBF;
- f) % de BBF que considera que melhorou seu planejamento financeiro (percepção do beneficiário);
- g) % de BBF que melhorou seu conhecimento sobre planejamento financeiro (conforme testes).

Indicadores de Impacto do Programa: "Eu e minha aposentadoria: organizando a vida financeira":

- a) % de aposentados que melhorou seu conhecimento sobre planejamento financeiro (conforme testes);
- b) % da renda dos aposentados superendividados utilizada para suas necessidades básicas;
- c) % dos aposentados que reporta estar inadimplente;
- d) % dos aposentados que reporta ter reduzido suas dívidas;
- e) % dos aposentados superendividados que reporta ter um planejamento para reduzir superendividamento.

Assim, observa-se que há relação entre os objetivos, conforme desdobram-se os planejamentos (ENEF – Educação de Adultos – Programas para Mulheres e Aposentados), bem como há relação entre o comportamento real e positivo dos indicadores em relação aos seus objetivos para os programas "Futuro na mão: dando um jeito na vida financeira" e "Eu e minha aposentadoria: organizando a vida financeira".

Outro aspecto a mencionar é que os programas foram conduzidos em consonância com as diretrizes de monitoramento e avaliação, pois, por meio de pesquisa, identificou e acompanhou características, necessidades e lacunas de conhecimento dos público-alvo, estabeleceu metas qualitativas e quantitativas; monitorou periodicamente os programas, com atualizações e ajustes; planejou a avaliação dos programas; realizou projeto-piloto antes do aumento de escala; utilizou avaliadores externos e, por fim, deu transparência aos resultados das avaliações, registrando lições aprendidas e recomendações para melhor efetividade das ações.

4 A ENEF E AS DIRETRIZES E PRÁTICAS INTERNACIONAIS

Previamente à instituição legal da ENEF, foram realizados estudos e levantamentos sobre as experiências internacionais em relação à educação financeira. O Anexo do Plano Diretor do ENEF (2011) dedica uma seção a explicitar as iniciativas mais relevantes de outros países do mundo que, à época, estavam adiantados em instituir sua política de educação financeira – Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Espanha e Nova Zelândia.

Esta seção explora as ações realizadas por estes e outros países, membros da OCDE, visando identificar o alinhamento nacional frente ao mundo em relação à educação financeira – guardadas as devidas especificidades de cada nação –, bem como às principais recomendações da OCDE.

4.1.1 A ENEF frente às diretrizes da OCDE

Em 2005, a OCDE delimitou princípios e definiu boas práticas para conscientização e educação financeiras, por meio do documento OECD/LEGAL/0338 - *Recommendation of the Council on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*, traduzido e resumido em orientações gerais, conforme segue:

Princípios:

- a) A educação financeira não deve ser interpretada somente como fornecimento de informações e aconselhamento financeiro, mas como um processo mais complexo de aprimoramento da compreensão de aspectos financeiros, desenvolvimento de habilidades e confiança para a tomada de decisão consciente, conhecimento sobre onde buscar ajuda e de como tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem estar financeiro por parte do cidadão, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo.
- b) A informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo deve ser promovido, oferecido de forma justa e imparcial. Os programas devem ser coordenados e desenvolvidos com eficiência.
- c) Os programas de educação financeira devem se concentrar em questões de alta prioridade, como poupança, gestão da dívida privada ou seguro,

noções de matemática financeira e economia, adequação financeira dos seus regimes atuais de previdência pública e privada.

- d) A educação financeira deve ser considerada no arcabouço regulador e administrativo e deve ser tida como ferramenta para promover crescimento econômico, confiança e estabilidade, juntamente com a regulação das instituições financeiras e a proteção do consumidor, não deve ser substituída por regulação financeira.
- e) Considerar a proteção do consumidor e a regulação das instituições financeiras.
- f) Deve-se promover o papel das instituições financeiras na educação financeira e esta deve tornar-se parte da boa governança daquelas, no que concerne a seus clientes financeiros. A prestação de contas e a responsabilidade das instituições financeiras deve ser incentivada para promover a conscientização financeira dos clientes, em especial para compromissos de longo prazo ou que representem uma parcela substancial de sua renda.
- g) Devem ser desenhados programas de educação financeira para atender as necessidades e o nível de alfabetização financeira do público alvo e que reflitam a forma como esse público alvo prefere receber informação financeira. A educação financeira deve ser vista como um processo contínuo, permanente e vitalício,

Boas práticas:

- a) Ação pública para a educação financeira:
 - i. Estimular campanhas nacionais para aumentar a conscientização da população sobre a necessidade de melhorar sua compreensão acerca de riscos financeiros;
 - ii. A educação financeira deve começar na escola;
 - iii. Considerar incluir a educação financeira em programas estatais de bem-estar social;
 - iv. Promover estruturas especializadas apropriadas responsáveis pela promoção e coordenação da educação financeira em nível nacional, regional e local,

públicas e privadas, o mais próximo possível da população.

- v. Promover websites específicos para oferecer informação financeira relevante e acessível para o público, bem como serviços de informação gratuitos e sistemas de alerta em questões de alto risco que podem ser prejudiciais para os interesses do consumidor financeiro (incluindo fraude).
- vi. Promover a cooperação internacional no tema da educação financeira, incluindo a OCDE como fórum internacional de intercâmbio de informações sobre experiências em educação financeira.

b) As instituições financeiras na educação financeira:

- i. Estimular a definição de requisitos para especificar os tipos de informação que as instituições financeiras precisam fornecer aos clientes sobre produtos e serviços financeiros.
- ii. Incentivar as instituições financeiras a distinguir claramente entre educação financeira e informações financeiras e orientação financeira "comercial".
- iii. Incentivar as instituições financeiras a fornecer informações em vários níveis e de fácil compreensão.
- iv. A educação financeira fornecida por instituições financeiras deve ser avaliada regularmente para garantir que atenda às necessidades do consumidor.
- v. Incentivar instituições financeiras a capacitar seu pessoal em educação financeira e desenvolver códigos de conduta para o aconselhamento geral sobre investimentos e empréstimos, sem vinculação ao fornecimento de um produto específico.

c) Educação financeira para poupança de aposentadoria

- i. Fornecimento pelas instituições financeiras aos indivíduos em planos de previdência privada, a

informação e educação financeira adequada para a gestão da poupança e renda da aposentadoria futura;

- ii. No que diz respeito planos de previdência corporativos, deve ser promovida a educação financeira e a conscientização dos empregados

d) Programas de educação financeira

- i. Promover programas de educação financeira que ajudem o consumidor financeiro a encontrar informações e entender os prós e contras, bem como os riscos dos diferentes tipos de produtos e serviços financeiros. Promover a pesquisa em economia comportamental.
- ii. Desenvolver metodologias para avaliar programas existentes de educação financeira. O reconhecimento oficial de programas de educação financeira que atendem aos critérios relevantes deve ser considerado.
- iii. Promover programas com diretrizes para conteúdo educativo e nível de desempenho e subgrupo populacional.
- iv. Promover o uso de todos os meios de divulgação de mensagens de educação.
- v. Promover programas específicos para subgrupos específicos de investidores/consumidores (por exemplo, jovens e grupos menos escolarizados ou menos favorecidos). A educação financeira deve estar relacionada com as circunstâncias individuais, por meio de seminários de educação financeira e programas de aconselhamento financeiro personalizados.
- vi. Promover treinamento e capacitação dos educadores.

A ENEF, em seus principais documentos norteadores, a saber, o Decreto Federal 7.397/2010 e o Plano Diretor e seus anexos, possui diretrizes e objetivos gerais:

- a) Finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores;
- b) Diretrizes:
 - i. Atuação permanente e em âmbito nacional;
 - ii. Gratuidade das ações de educação financeira;
 - iii. Prevalência do interesse público;
 - iv. Atuação por meio de informação, formação e orientação;
 - v. Centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;
 - vi. Formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e
 - vii. Avaliação e revisão periódicas e permanentes.
- c) Objetivos:
 - i. Promover e fomentar a cultura de educação financeira no país;
 - ii. Ampliar a compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos;
 - iii. Contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização;

Para a educação de adultos, são determinadas, também, diretrizes e objetivos gerais:

- a) Promover ações educativas sem finalidade lucrativa, ou seja, o beneficiário da ação não deve ser cobrado pelo serviço prestado;
- b) Promover ações educativas sem finalidade comercial, ou seja, a educação financeira é um componente que conscientiza o cidadão sobre a relação de sua vida com o dinheiro e o sistema existente, não tendo, portanto, a finalidade de vender produtos ou serviços;
- c) Promover um processo de comunicação transparente da oferta de ações educativas, de forma que sejam oferecidas condições iguais de acesso;

- d) Compartilhar as informações sobre os resultados das ações educativas, com o objetivo de promover qualificação e mobilização local para a educação financeira;
- e) Estabelecer e fortalecer parcerias e articulação com órgãos e entidades públicas e privadas e voluntariado local;
- f) Fortalecer o processo de cooperação internacional e intercâmbio de informações relacionadas a estratégias, planos, programas e ações de educação financeira, objetivando o compartilhamento das iniciativas comprovadamente bem-sucedidas;
- g) Mobilizar a sociedade para a causa da Educação Financeira de Adultos;
- h) Desenvolver portfólio de planos, programas e ações, contemplando temas permanentes e atuais, adequados às necessidades de cada público-alvo e da localidade;
- i) Contextualizar planos, programas e ações às situações cotidianas da vida dos indivíduos definidos como públicos-alvo;
- j) Explorar os conhecimentos prévios dos públicos-alvo;
- k) Considerar as diversidades regionais, culturais, etárias, sociais e econômicas;
- l) Adequar os programas e ações aos diferentes contextos, públicos-alvo, suportes, linguagens, mídias e formatos, com vistas ao alcance dos objetivos;
- m) Buscar atuar com multiplicadores/disseminadores com motivação e conhecimento necessários para construção de conteúdos e/ou atuação junto ao público adulto, oferecendo, sempre que necessário, formação inicial e continuada;
- n) Identificar e acompanhar, preferencialmente por meio de pesquisa, características, necessidades e lacunas de conhecimento do público-alvo e estabelecer um conjunto de metas qualitativas e quantitativas;
- o) Monitorar e avaliar periodicamente os programas e ações para mensurar sua efetividade, promover atualizações e ajustes necessários e assegurar a boa qualidade e a pertinência dos programas e ações de Educação Financeira;
- p) Planejar a avaliação desde o início do desenho de cada programa e ação;

- q) Utilizar, sempre que possível, programas-piloto e ações-piloto, para sua avaliação antes do aumento de escala;
- r) Utilizar, sempre que possível, avaliadores externos;
- s) Dar transparência aos resultados das avaliações, registrando lições aprendidas e informando acertos e erros;
- t) Formar para a cidadania, estimulando comportamentos éticos e responsável;
- u) Educar para o consumo e a poupança;
- v) Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisões autônomas pautada em mudança de atitude;
- w) Formar disseminadores em educação financeira;
- x) Desenvolver a cultura de prevenção e proteção;
- y) Instrumentalizar para planejar em curto, médio e longo prazos;
- z) Proporcionar a possibilidade de melhoria da própria condição.

De acordo com os dados expostos, é possível inferir que há compatibilidade entre os aspectos norteadores da ENEF (ressalte-se, em sua formalidade) e aqueles recomendados pela OCDE, em especial aos aspectos da abrangência da educação financeira, do estabelecimento enquanto política pública, não comercial e não lucrativa, das finalidades da estratégia, do olhar específico para cada público alvo, das estruturas especializadas e das plataformas digitais.

4.1.2 A ENEF frente às práticas internacionais

Para analisar o alinhamento das práticas brasileiras, em termos de educação financeira, com as práticas executadas em outros países da OCDE, foi realizado levantamento considerando a prática como o método de entrega das informações e conteúdos educacionais.

Foram utilizados como parâmetro os países da OCDE que possuem estratégias nacionais pioneiras, conforme já citado na seção 4. Foi acrescentado, ainda, o resumo das práticas de Portugal, vez que guarda alguma semelhança cultural com o Brasil. O resumo das principais práticas em cada país, no período analisado, é apresentado no QUADRO .

QUADRO 2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS NA COMUNIDADE INTERNACIONAL – PAÍSES DA OCDE

País	Principais Práticas
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> • Educação em ambiente escolar e universitário • Desenvolvimento de plataforma digitais e sites oficiais • Elaboração e divulgação de materiais impressos • Conferências e seminários • Ações individualizadas considerando as especificidades de cada público • Cursos à distância em meio digital • Guias
Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> • Educação escolar • Parcerias com entes privados • Campanhas nacionais • Informativos ao consumidor • Capacitação de prestadores e mentores de educação financeira • Identificação, aprimoramento e compartilhamento de práticas
Nova Zelândia	<ul style="list-style-type: none"> • Educação em ambiente escolar • Divulgações na mídia em geral • Desenvolvimento de plataformas digitais e sites oficiais • Capacitação de prestadores e mentores de educação financeira • Ações individualizadas considerando as especificidades de cada público • Informativos ao consumidor
Reino Unido	<ul style="list-style-type: none"> • Educação em ambiente escolar • Seminários em ambientes de trabalho • Informativos ao consumidor • Ações individualizadas considerando as especificidades de cada audiência • Desenvolvimento de plataformas digitais
Australia	<ul style="list-style-type: none"> • Educação em ambiente escolar • Divulgação de informações, ferramentas e recursos • Workshops online • Programas em ambientes de trabalho • Ações individualizadas considerando as especificidades de cada público
Espanha	<ul style="list-style-type: none"> • Educação em ambiente escolar • Seminários em ambientes de trabalho • Desenvolvimento de plataformas digitais e sites oficiais • Ações individualizadas considerando as especificidades de cada público • Divulgações na mídia em geral

FONTE: Adaptado de OCDE (2015), Vieira e Pessoa (2020) e Isaias (2021).

Do conjunto de ações executadas no Brasil, entre 2010 a 2018, no âmbito da ENEF, destacam-se, no QUADRO 3:

QUADRO 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DA ENEF - BRASIL

Escopo	Principais Práticas
Programas setoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Palestras e seminários • Cursos presenciais e à distância • Campanhas publicitárias • Disponibilização de canais de comunicação (site, telefone) • Concursos e premiações de trabalhos acadêmicos • Cartilhas • Programas de televisão
Programas transversais	<ul style="list-style-type: none"> • Educação em ambiente escolar • Ações individualizadas considerando as especificidades de cada público (oficinas e materiais para mulheres e aposentados) • Eventos (semana ENEF) • Reconhecimento de ações (selo ENEF)

FONTE: A autora (2023).

Percebe-se que as principais práticas adotadas na ENEF, dispostas no QUADRO 3, estão alinhadas às ações praticadas em outros países. Pode-se afirmar que o método de entrega de conteúdo educativo é relativamente homogêneo dentre os países e que o Brasil não destoa desse contexto. O consenso entre os países reside na educação para crianças e jovens em ambiente escolar.

Note-se que as estratégias nacionais desenvolvidas pelos países da OCDE e pelo Brasil, ganham amplitude ao incluir participantes da administração indireta (autarquias), agentes privados (instituições financeiras, empregadores), universidades, entre outros. Também é possível identificar a estratificação e o direcionamento das ações para grupos específicos em alguns países.

5 CONCLUSÃO

Avaliar uma política pública nacional, de longa duração, é sempre uma tarefa complexa, passando pelo volume de informações, variedade de formatos das apresentações e pelos modos de disseminação, disponibilidade e transparência das informações.

De ordinário, é possível concluir que, no período de 2010 a 2018, os públicos adultos e idosos foram contemplados para receberem, por parte do Estado, educação financeira no Brasil. Os esforços para atender a este público-alvo concentraram-se, principalmente, na construção de duas propostas que, a partir de projetos-piloto, demonstraram-se efetivas e adequadas à realidade brasileira – os programas para educação de mulheres e aposentados em situação de vulnerabilidade social.

Sobre a efetividade da ENEF para adultos e idosos, é possível afirmar que as ações foram parcialmente efetivas. Isso porque este público foi contemplado especificamente pela política pública por meio de programas-piloto cuja metodologia conseguiu acessar as pessoas, com material bem aceito e processo de orientação guiada, por meio de oficinas, refletindo na melhora expressiva dos indicadores de planejamento, desendividamento e poupança do grupo de intervenção.

Todavia, para inferir efetividade, deve-se olhar para os objetivos da ENEF para adultos que, nos programas para mulheres e idosos, foram parcialmente atendidos, com destaque aos macro-objetivos “b) educar para o consumo e a poupança”; “c) oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisões autônomas pautada em mudança de atitude”; “e) desenvolver a cultura de prevenção e proteção”; “f) instrumentalizar para planejar em curto, médio e longo prazos”; e “g) proporcionar a possibilidade de melhoria da própria condição”. Além disso, vale ressaltar que a efetividade é constatada no microambiente dos programas transversais em sua versão piloto. A fase de extensão foi planejada, mas não há evidências de sua ocorrência. Assim, apesar de estarem incluídos no escopo de atuação da política pública, não foi possível identificar cobertura adequada dos programas ao tamanho da população brasileira adulta e idosa.

Devido à execução descentralizada, observou-se também que os programas setoriais não foram coordenados suficientemente para passar por processo de monitoramento e avaliação ordenada e padronizada. Ao que indicam os dados, as

avaliações das centenas de ações inventariadas ficaram a cargo de cada órgão proponente, de forma a não contribuir, nesse estudo, para a análise de efetividade da ENEF para adultos e idosos. Nesse ponto, aspecto importante a ser observado é que as parcerias com o setor privado e com a sociedade civil demonstram eficácia em aumentar a abrangência da política pública.

Não obstante, as diretrizes e objetivos da ENEF, teoricamente, alinham-se às práticas implantadas em outros países da OCDE e às suas recomendações, o que dá indícios de que os governos brasileiros podem concentrar-se no aprimoramento da política pública e na expansão da educação financeira à toda a sociedade.

5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Ampliar a pesquisa sobre educação financeira no Brasil contribuirá para os processos avaliativos da política pública e para o controle social das ações de governo. Nesse sentido, sugere-se, como temas para novos estudos, a análise e avaliação de programas setoriais da ENEF e de outras iniciativas como a “Semana ENEF” e o “Selo ENEF”; a Nova ENEF e os resultados atuais da educação financeira no Brasil e as políticas públicas locais e regionais de educação financeira no Brasil.

REFERÊNCIAS

AEF-BRASIL. Associação de Educação Financeira do Brasil. **Relatório Anual 2012**. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relat%C3%B3rio-Anual-2012_2011.pdf> Acesso em: 10 ago. 2023.

AEF-BRASIL. Associação de Educação Financeira do Brasil. **Relatório Anual 2013**. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relat%C3%B3rio-Anual-2013.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2023.

AEF-BRASIL. Associação de Educação Financeira do Brasil. **Relatório Anual 2014**. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relat%C3%B3rio-Anual-2014.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2023.

AEF-BRASIL. Associação de Educação Financeira do Brasil. **Relatório Anual 2015**. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relat%C3%B3rio-Anual-2015.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2023.

AEF-BRASIL. Associação de Educação Financeira do Brasil. **Relatório Anual 2016**. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relat%C3%B3rio-Anual-2016.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2023.

AEF-BRASIL. Associação de Educação Financeira do Brasil. **Relatório Anual 2017**. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/RA-AEF-Brasil_07082018_Vers%C3%A3oFinal.pdf> Acesso em: 10 ago. 2023.

AEF-BRASIL. Associação de Educação Financeira do Brasil. **Relatório Anual 2018**. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-anual-aefbrasil-2018.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2023.

AEF-BRASIL. Associação de Educação Financeira do Brasil. **Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda**. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/Produto-5-Relat%C3%B3rio-Final_v2.pdf> Acesso em: 13 ago. 2023.

ARAÚJO, F.C.; CALIFE, F. E. **A história não contada da Educação Financeira no Brasil**. 2014. Disponível em: <<https://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2014/08/A-hist%C3%B3ria-n%C3%A3o-contada-da-educac%C3%A7%C3%A3o-financeira-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ASIC. Australian Securities and Investments Commission. **National Financial Literacy Strategy 2014–17**. 2014. Disponível em:

<<https://download.asic.gov.au/media/1344650/rep403-published-1-August-2014.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BACHRACHB, P., BARATZ, M. S. **Two Faces of Power**. American Science Review 56: 947-952. 1962.

BRASIL. Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 dez. 2010.

BRASIL. **Avaliação de Políticas Públicas**: guia prático de análise ex post. Vol. 2. Casa Civil, Brasília, DF, 22 dez. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8853>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CARDOSO JR, J. C. **Monitoramento estratégico de políticas públicas**: requisitos tecnopolíticos, proposta metodológica e implicações práticas para a alta administração pública brasileira. Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3536/1/td_2040.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

CONEF. Comitê Nacional de Educação Financeira. **Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF**, 2011. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

CONEF. Comitê Nacional de Educação Financeira. **Anexos do Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF**, 2011. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

EASTON, D. **A Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

HAYNES, Laura; SERVICE, Owain; GOLDACRE, Ben; TORGERSON, David. **Testar, Aprender, Adaptar**: Desenvolver as Políticas Públicas Mediante Experimentos Aleatórios Controlados. PPP: PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS. Brasília, 2013. Disponível em <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/131220_ppp41.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise ex ante. Vol. 1. Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8285/1/Avaliacao_de_politicas_publicas_guia_pratico_de_analise_%20ex_ante.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2023.

ISAIAS, W. **Uma Análise Comparativa entre as Estratégias Nacionais de Educação Financeira do Brasil e Exterior**. 2021. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/18199/1/WESIsaias.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LINDBLOM, C. **The Science of Muddling Through.** Public Administration Review 19: 78-88. 1959.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis.** Santa Monica, Calif. Goodyear. 1980.

MENEGHETTI NETO, A.; FALCETTA, F. P.; RASSIER, L. H.. **Educação Financeira.** EDIPUCRS, 2014.

NEW ZEALAND TREASURY. **New Zealand National Strategy for Financial Literacy.** 2010. Disponível em: <www.treasury.govt.nz/sites/default/files/2011-01/swg-b-nznfl-ns-dec10.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. **National Strategies for Financial Education.** Disponível em: <www.oecd.org/daf/fin/financial-education/National-Strategies-Comparative-Tables.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. **Recommendation of the Council on Good Practices on Financial Education and Awareness Relating to Credit.** 2009. Disponível em: <<https://www.oecd.org/finance/financial-education/46193051.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness.** 2005. Disponível em: <<https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. **OECD International Network on Financial Education: An overview.** 2023. Disponível em: <<https://www.oecd.org/financial/education/oecd-infe-overview.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SACHSIDA, Adolfo. **Políticas públicas: avaliando mais de meio trilhão de reais em gastos públicos.** Brasília, 2018.

SIMON, Herbert. **Comportamento Administrativo.** Rio de Janeiro, USAID. 1957.

SOARES, F. P.; MARCHITO, E. **Educação financeira no Brasil: uma análise da estratégia nacional para a educação financeira (ENEF) sob a ótica do processo de elaboração de políticas públicas.** Revista Vianna Sapiens, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 34, 2019. Disponível em: <<https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/581>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, ano 8, nº 16, jul/dez. Porto Alegre, 2006.

VIEIRA, Glauciane; PESSOA, Cristiane. **Educação financeira pelo mundo**: como se organizam as estratégias nacionais? Educação Matemática Pesquisa, v. 22 n. 2 2020. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/47580>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014.